

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - Identificação

Município de Celorico da Beira
Rua Sacadura Cabral, nº 39
6360-350 Celorico da Beira
N.º de Identificação Fiscal – 506 849 635

8.1.2 - Legislação

A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro dos municípios (Lei das Finanças Locais). O n.º 1 do artigo 6º do mesmo diploma determina que o Município de Celorico da Beira tem património próprio, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. O n.º 2 do artigo 6º do referido diploma determina os poderes dos órgãos do Município. Os n.º 1 e 2 do artigo 3º do mesmo diploma estabelecem ainda que o Município de Celorico da Beira está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

Tendo em consideração que 2017 foi um ano de eleições, tendo ocorrido a tomada de posse do novo Executivo a 23 de outubro, e que foram elaboradas contas intercalares a essa mesma data nos termos do n.º 5 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, são agora apresentadas as contas relativas ao período de 24-10-2017 a 31-12-2017. De acordo com o informado pelo Tribunal de Contas, os mapas a apresentar ao nível da contabilidade patrimonial (balanço, demonstração de resultados, balancetes, etc.) deverão apresentar os valores acumulados à data de 31 de dezembro, enquanto que os mapas orçamentais (execuções orçamentais, fluxos de caixa, etc.) deverão apresentar os valores apenas para o período entre 24-10-2017 e 31-12-2017. Para efeitos de comparabilidade com o ano anterior apresentamos os mapas orçamentais para o ano de 2017, para além dos mapas referentes apenas ao período em análise.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, enquanto que o equilíbrio horizontal pretende promover a correção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 19,5% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objetivos de minimização de custos diretos e indiretos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

De acordo com o disposto no art. 52º da Lei das Finanças Locais atualmente em vigor, a dívida total dos Municípios não pode ultrapassar a 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante em excesso. Caso cumpram o limite, este só pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos ativos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reportam à Assembleia Municipal.

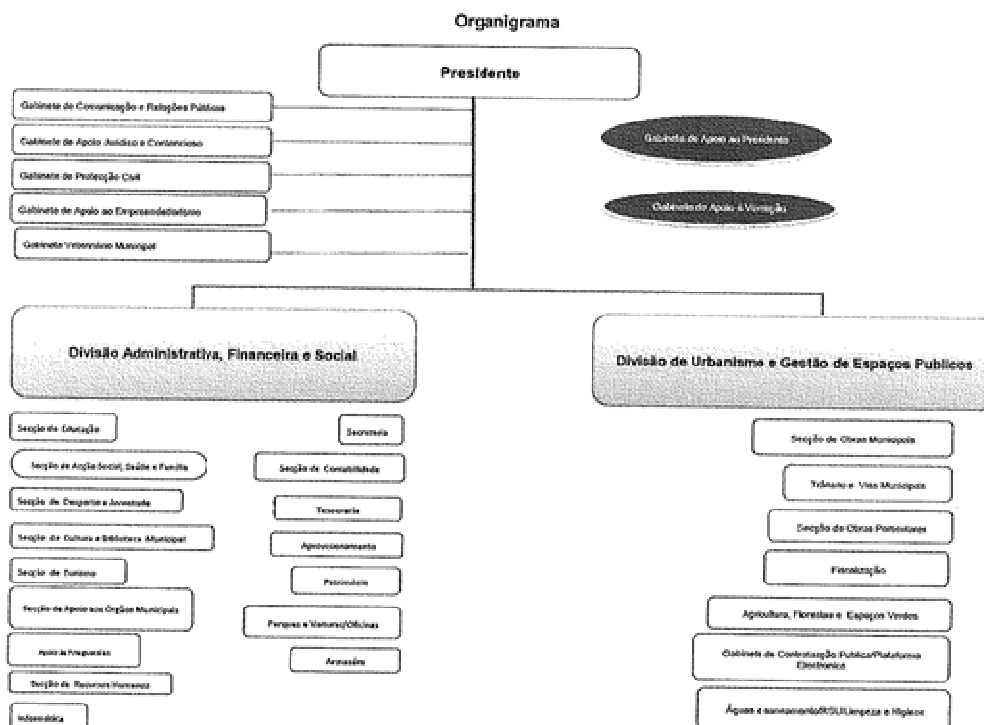
Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade do Município.

8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva

O aviso n.º 9 (2ª série) de 14 de Janeiro 2013, vem regulamentar a estrutura e organização dos serviços municipais. De acordo com o capítulo I, o regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços do Município de Celorico da Beira, bem como os princípios que os regem e respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objetivo principal da sua atividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

A estrutura orgânica dos serviços municipais, competências e atribuições genéricas fazem parte integrante do aviso atrás mencionado, sendo que a estrutura orgânica dos serviços municipais se divide em Divisões, Secções e Serviços, que podem observar-se no organograma do Município de Celorico da Beira e cujas atribuições, objetivos e competências estão previstas na parte relativa à "Estrutura Orgânica" do Município de Celorico da Beira constante do aviso referido.



8.1.4 - Descrição sumária das atividades

O objetivo estratégico do Município de Celorico da Beira passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

8.1.5 - Recursos humanos

Os responsáveis pela gestão em análise são:

Nome	Função	Período de responsabilidade
José Francisco Gomes Monteiro	Presidente	1 de Janeiro a 31 de 7 de Agosto de 2017
José Luís Saúde Cabral	Vice-Presidente/Presidente	1 de Janeiro a 23 de Outubro de 2017
Luís Carlos Fernandes Santos	Vereador	1 de Janeiro a 23 de Agosto de 2017
Maria de Jesus Abrantes Granjal da Cruz	Vereadora	8 de Agosto a 23 de Outubro de 2017
Victor Martins Santos	Vereador	1 de Janeiro a 23 de Outubro de 2017
Manuel António de Almeida Portugal	Vereador	1 de Janeiro a 23 de Outubro de 2017
Carlos Manuel da Fonseca Ascensão	Presidente	24 de outubro a 31 de dezembro de 2017
António Graça Silva	Vice-Presidente	24 de outubro a 31 de dezembro de 2017
Bruno Alexandre Castro Almeida	Vereador	24 de outubro a 31 de dezembro de 2017
José Albano Pereira Marques	Vereador	24 de outubro a 31 de dezembro de 2017
Júlio Manuel dos Santos	Vereador	24 de outubro a 31 de dezembro de 2017

8.1.6 - Organização Contabilística

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, descritos na Norma de Controlo Interno.

A informação contabilística é disponibilizada mensalmente; diariamente é confrontado o resumo diário de tesouraria e os registos contabilísticos validando a sua conformidade.

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Celorico da Beira relacionados com a contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de

Tesouraria (SGT), Sistema de Gestão de Água (SGA), Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC), Obras por Administração Direta (OAD), Sistema de Gestão de Stocks (GES), Controlo de Obras Públicas (COP) e Sistemas de Taxas e Licenças (TAX) da Associação Informática de Região Centro.

8.1.7 - Outra informação relevante

O Município de Celorico da Beira submeteu, conforme disposto no n.º1 do art.77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as contas do exercício de 2017, a análise de um auditor externo. Com a publicação da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), houve várias alterações no modo de funcionamento do Município, nomeadamente no que diz respeito aos procedimentos de aquisição de bens e serviços, bem como na regularização de pagamentos em atraso.

No seguimento da situação de desequilíbrio financeiro estrutural, a Assembleia Municipal declarou essa mesma situação nos termos da Lei das Finanças Locais em 2012, tendo sido apresentada simultaneamente uma candidatura ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). O Município foi, entretanto, obrigado a aderir ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, sendo que os pedidos de financiamento de reequilíbrio financeiro e PAEL, que se encontravam a aguardar visto do Tribunal de Contas deveriam então ser anulados e substituídos com esta candidatura ao FAM, que aprovada pela respetiva Comissão Executiva a 01-09-2015. No entanto de acordo com os dados financeiros de 2015 e 2016, o Município de Celorico da Beira já não se encontrava em situação de rutura financeira prevista no n.º 2 do artigo 61.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, o que significa que já não estava em situação de adesão obrigatória ao procedimento de recuperação financeira ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), pelo que se requereu uma suspensão da adesão ao FAM. À presente data o Município está apenas obrigado a aderir ao mecanismo do saneamento financeiro nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, tendo sido aprovado a 14-09-2017 pela Assembleia Municipal, um plano de saneamento financeiro que prevê a

contratualização de três empréstimos para liquidação de dívida em atraso, sendo que à data de elaboração deste anexo o processo está a ser analisado pelo Tribunal de Contas para obtenção de visto.

Durante o ano de 2017 o Município detinha 100% da empresa municipal “EMCEL – Empresa Municipal Celoricense, Gestão de Espaços Culturais e Social E.M.”. No decorrer de 2017 foram transferidos para a empresa municipal 285.519,32€ a título de cobertura de prejuízos dos anos anteriores nos termos do art.º 40.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto. Esta mesma empresa esteve em processo de internalização de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 28-12-2015, nos termos do art.º 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de internalização, em 2016 foram integrados os funcionários no Município em regime de cedência de interesse público, bem como foram internalizadas as atividades da EMCEL, nomeadamente o Lagar Municipal, Solar do Queijo e Centro Coordenador de Transportes, passando a ser o Município a explorar diretamente esses equipamentos.

À data de 31-12-2016 foi efetuada uma partilha parcial da EMCEL onde as dívidas a terceiros (947.359,40€) e parte do imobilizado (222.567,53€) foram contabilizados nas contas de 2016 do Município, tendo sido ajustado o valor da respetiva participação financeira de acordo com o método da equivalência patrimonial. As dívidas incorporadas no Município visavam a inclusão das mesmas no plano de saneamento financeiro anteriormente mencionado. A 14-09-2017 foi aprovado pela Assembleia Municipal o Relatório de Liquidação e Projeto Partilha, tendo sido incorporado no Município o restante património, sendo que à data de elaboração deste anexo, foi solicitado na conservatória a liquidação da EMCEL, estando este processo praticamente concluído, tendo sido eliminada a respetiva participação social das contas do Município.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excepcionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.

Não Aplicável.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As contas 22 e 23 do Balanço incorporam dívidas a terceiros no valor global de 947.359,40€, transitadas da EMCEL, no âmbito do processo de internalização.

Na conta “712 – Prestações de serviços” da Demonstração de Resultados em 2017, foram corretamente contabilizadas receitas de saneamento e resíduos sólidos.

8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos

Imobilizações

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2017. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição.

Investimentos Financeiros

Foi eliminada durante o ano de 2017 a participação social do Município na EMCEL no valor líquido de 2.275.021,02€ tendo em consideração o método da equivalência patrimonial. A participação na “WRC - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.” está contabilizada pelo custo.

Imobilizações corpóreas

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

Bens de domínio público

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

De acordo com o princípio da especialização do exercício:

- 1) São contabilizados como custo do exercício:
 - As remunerações a liquidar em 2018 que refletem custos do exercício de 2017 (valor calculado mediante previsão);
 - Outros custos como consumos de comunicações, seguros, luz e gás e custos de natureza financeira a reconhecer no exercício.
- 2) Como proveitos a ser reconhecidos no exercício, temos os subsídios para investimentos, associados a ativos depreciables que são movimentados numa base sistemática para a conta 79.8.3 - «Proveitos e ganhos extraordinários – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital» à medida que vão sendo contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.
- 3) São registados como “Acréscimo de Proveitos” as estimativas de rendimentos a obter em 2018, mas cuja origem reporta a 2017 relativa a impostos como o “IMI”, “Derrama”, “IMT”, “IUC” e participação no “IRS”.

Dívidas de terceiros e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. A classificação em balanço encontra-se efetuada de acordo com o prazo de vencimentos das dívidas ativas e passivas, isto é, no curto prazo para todas as situações que se vencem dentro dos meses seguintes após a data de balanço e, no médio e longo prazo, para todas as situações de dívidas ativas e passivas que se vençam a mais de 12 meses após a data de balanço.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias com base na moeda em curso legal, o Euro.

Existências

As existências são registadas a custo de aquisição que considera o respetivo preço de compra e os gastos suportados direta e indiretamente para colocação do bem no seu estado atual e no local de armazenagem.

Quanto ao método de custeio das saídas de armazém, é adotado o custo médio ponderado.

Provisões de Cobrança duvidosa, de investimentos financeiros e processos judiciais em curso

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, têm, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este é objeto da correspondente redução.

A constituição de provisões para processos judiciais em curso é resultado da obtenção da informação jurídica onde se afere que a probabilidade de o Município poder incorrer em encargos é maior do que a probabilidade de não incorrer. Deste modo, e utilizando um critério de prudência, encontram-se registadas provisões pelos montantes expetáveis das situações que se espera que possam gerar responsabilidades.

Capital próprio

As rubricas de capital próprio correspondem ao património, reservas legais constituídas nos termos das regras do POCAL, subsídios obtidos destinados a ativos não depreciables e resultados transitados que acumulam os prejuízos e correções não frequentes de grande significado. Os movimentos ocorridos nestas rubricas obedecem às regras do POCAL e, no caso dos resultados líquidos do exercício, são submetidos a sufrágio pela Assembleia Municipal.

8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira

Encontram-se na tesouraria 65.761 yenes, resultantes de uma viagem ao Japão por parte de um membro do Executivo em abril de 2017, cuja cotação a 29-12-2017 era de 0,007381€ por cada yene. O valor em moeda estrangeira correspondia assim no final do ano a 485,38€.

8.2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;

Nada a referir.

Por amortizações do activo imobilizado superiores às adequadas;

Nada a referir.

Por provisões extraordinárias respeitantes ao activo.

Nada a referir.

8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.

A conta “431 – Despesas de Instalação” regista valores relativos a projetos para a realização de obras.

8.2.7 - Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações

Imobilizado Bruto

(Ver mapa em anexo)

Amortizações

(Ver mapa anexo)

8.2.8 - Cadastro do Imobilizado

Face à extensão dos documentos suporte e dado a informação global estar patente nos respetivos quadros, optou-se por não incluir o mencionado mapa neste ponto do POCAL, encontrando-se disponível no Sector de Património da autarquia a informação referente a este ponto.

8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não Aplicável.

8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.

Não Aplicável.

8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não Aplicável.

8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no POCAL.

Não Aplicável.

Imobilizações implantadas em propriedade alheia.

Não Aplicável.

Imobilizações reversíveis.

Não Aplicável.

8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Nada a referir.

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

A relação dos eventuais bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património da autarquia. A não valorização prende-se com a necessidade de que alguns bens não terem registo histórico o que dificulta a sua correta avaliação, bem como da necessidade de se criar uma comissão de avaliação para avaliar esses mesmos bens, que ainda não foi constituída.

8.2.15 - Bens de domínio público que não são objeto de amortização

De acordo com o previsto no POCAL e nas tabelas anexas à Portaria n.º 671/2000, 17 de Abril, que regulamentam as taxas de amortização dos bens imobilizados, os terrenos e recurso naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações.

8.2.16 - Designação das entidades participadas

Designação	Sede	Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ano
WRC - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Tamengos	0,18%	1.375.750€	132.274,01	2016

8.2.17 - "Títulos negociáveis"

O Município de Celorico da Beira não dispõe de investimentos em títulos negociáveis

8.2.18 - "Outras aplicações financeiras"

Não Aplicável.

8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não Aplicável.

8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não Aplicável.

8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não Aplicável.

8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2017 ascende 49.483,75€, relativa a clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.

8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.

Existem valores relativos a férias e subsídios de férias no valor de 433.580,23€ (acrescidos de encargos que apenas serão devidos aquando dos processamentos) devidos a 31-12-2017 que só serão pagos em 2018, estando os devidos valores contabilizados na conta 2732.

8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.

Não Aplicável.

8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"

Existia à data de 31-12-2017, uma dívida à ADSE no montante de 564.641,59€, estando em vigor um plano de pagamentos acordado em 2015.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas

(Ver mapa das contas de ordem anexo)

Existem garantias prestadas pelo Município a diversas entidades na CGD no valor global de 344.623,75€ que dada a antiguidade, não nos é possível à presente data aferir a origem das mesmas, sendo que estão previstas serem finalizadas em 2018 e 2019.

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

Contas		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	-	-	-	-
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	29.760,68	15.742,71		45.503,39
292	Provisões para Riscos e Encargos	1.454.568,19	32.671,40	60.000	1.427.239,59
39	Provisões para Depreciação de Existências	-			-
49	Provisões para Investimentos Financeiros	-	1.000,00	-	1.000,00

Foram efetuados ajustes nas provisões para cobranças duvidosas tanto em relação a situações do Município, como para situações que transitaram da EMCEL no valor de 10.265,19. As provisões para riscos e encargos foram reforçadas tendo em consideração um valor de 36.671,40€ relativa a situações transitadas da EMCEL, e houve uma redução em 60.000€ relativa a processos judiciais

8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.

Município de Celorico da Beira
Prestação de Contas do Ano Financeiro de 2017

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património	16.306.961,20			16.306.961,20
Ajustamento de partes de capital em empresas	-1.588.344,53	1.698.138,48	109.793,95	0,00
Reservas Legais	5.645,16			5.645,16
Subsídios	504.885,72			504.885,72
Resultados Transitados	-832.572,81	2.133.634,41	1.859.263,63	-558.202,03
Total	14.396.574,74	3.831.772,89	1.969.057,58	16.259.290,05

Foram regularizados na conta “55 – Ajustamentos de partes de capital em empresas” os valores relativos à aplicação do método da equivalência patrimonial em anos anteriores para a EMCEL, por contrapartida da conta “59 – Resultados Transitados”.

Na conta “59 – Resultados Transitados” houve uma redução do valor negativo, relativa à transferência dos resultados do exercício anterior no valor de 1.952.370,33€, bem como acertos relativos aos valores da integração dos bens provenientes da EMCEL e respetivas amortizações acumuladas. Foi contabilizado o acerto relativo à aplicação do método da equivalência patrimonial, tendo em consideração o resultado líquido negativo da EMCEL em 2016 no valor de 89.655,02€.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

(Ver mapa anexo)

8.2.30 - Demonstração da variação da produção

Não aplicável.

8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros

(Ver mapa anexo)

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

(Ver mapa anexo)

8.3.33 – Outra Informação Relevante

Nada a referir.

BALANÇO

Ativo

A rubrica “271 – Acréscimos de proveitos” regista o valor das receitas a cobrar no exercício seguinte, relativas ao exercício de 2017. Encontram-se especializadas as receitas relativas a água, parques eólicos e impostos.

A rubrica “4112 – Investimentos financeiros – Empresas Municipais” foi movimentada tendo em conta a regularização do valor da participação financeira do Município na EMCEL tendo em consideração as deliberações relativas à sua liquidação e internalização.

A rubrica “4122 – Investimentos Financeiros – Fundo de Apoio Municipal”, contém um saldo relativo à participação do Município no Fundo de Apoio Municipal no valor global de 452.198,52€.

As rubricas “421 – Terrenos e recursos naturais” e “4221 – Edifícios” foram reforçadas em 829.769,39€ e 3.116.390,37€ respetivamente, tendo em consideração a integração do património da EMCEL por força da sua internalização no Município.

A conta “48 – Amortizações acumuladas” foi movimentada para além dos movimentos relativo às amortizações dos bens do Município, também pela integração das amortizações acumuladas do património que transitou da EMCEL para o Município.

Passivo

O Balanço distingue os valores das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo de todas as rubricas e não apenas dos empréstimos de médio e longo prazo, sempre que seja necessário.

Nas dívidas a terceiros de curto prazo, a rubrica “2311 – Empréstimos de curto prazo” regista o valor do empréstimo de curto prazo.

A conta “23129 – Empréstimos M/L – Dívida Curto Prazo” reflete os empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano de 2018.

A conta “268126 – Devedores e Credores Diversos – Fundo de Apoio Municipal”, foi movimentada nos saldos iniciais pelo valor da participação do Município no Fundo de Apoio Municipal, no valor global de 452.198,52€, conforme o comunicado pela DGAL, e de acordo com a nota explicativa emanada pelo SATAPOCAL relativa à contabilização desta participação conforme o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto, estando o valor separado pela parte a contribuir no curto prazo, da de médio e longo prazo, sendo que a dívida a 31-12-2017 era de 258.398,52€.

A conta 23112, reflete dívida bancária à CGD internalizada da EMCEL sendo que do total de 872.861,28€, apenas 58.000,17€ foram considerados como dívida de curto prazo tendo em consideração o plano de pagamentos previsto para esta dívida.

A Conta 224 reflete a dívida a fornecedores internalizados da EMCEL no valor total de 74.498,12.

A rubrica “273 – Acréscimos de custos” regista o valor da estimativa das Férias, Subsidio de Férias e respetivos Encargos Sociais do exercício de 2017 a pagar no ano seguinte.

A rubrica “2745 – Subsídios ao investimento”, foi movimentada em 229.580,95€ relativos a subsídios afetos aos bens que transitaram da EMCEL.

Fundos Próprios

A rubrica “59 – Resultados Transitados” foi movimentada pela aplicação do resultado líquido do exercício do ano anterior, bem como acertos relativos a exercícios anteriores.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

Na Conta “658 – Outros custos e perdas operacionais” para além de impostos, taxas e quotizações, está refletido um montante de 42.039,93€ relativo a custos com as amortizações dos bens do imobilizado da EMCEL que foram contabilizados no património do Município.

Na conta “67 – Provisões do exercício” está refletido o valor de provisões do ano relativas a cobranças duvidosas.

PROVEITOS E GANHOS

Na conta “75 – Trabalhos para a própria entidade” encontra-se o montante apurado das obras por administração direta da Câmara Municipal.

Na conta “79 – Proveitos e ganhos extraordinários” estão contabilizados acréscimos de proveitos resultantes da especialização de receitas obtidas após 31-12-2017, subsídios ao investimento de anos anteriores, bem como proveitos no valor de 133.034,70€ relativos à internalização da EMCEL e que se referem ao resultado líquido obtido no ano de 2017 da empresa, conforme as contas de liquidação.

Na conta “88 – Resultado líquido do exercício”, está refletido o valor de 984.484.,24€ que resulta da diferença entre os custos e os proveitos do ano de 2017, pelo que o montante em causa deverá ser aplicado na conta 59 em 2018, conforme o disposto no relatório de gestão.